

**A GRAMATICOGRAFIA NO BRASIL,
A *TECHNÉ GRAMMATIKÉ* E OS “JOGOS DA LINGUAGEM”**

Antonio Cílrio da Silva Neto (UFT)
acilirio@bol.com.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)
luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a gramaticografia no Brasil, estabelecendo relações entre gramática, normatividade e jogos de linguagem, com base em Ludwig Wittgenstein (1980 e 1994). Examinaremos a prática do jogo gramatical a partir de quatro gramáticas: Marcos Bagno (2011), Maria Helena de Moura Neves (2012), Ataliba Teixeira de Castilho (2012) e Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007); comparando, sempre que necessário, com teorias linguísticas atuais. Essa prática foi desenvolvida nas aulas de linguística e ensino, no curso de mestrado e doutorado da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* Araguaína, para atender a um enfoque voltado ao contexto de ensino de língua materna na educação básica do estado. Espera-se que, a partir desse entendimento, possamos estabelecer novas perspectivas para a compreensão do que seja o aprendizado de normatividade gramatical e de sua multiplicidade de usos. O uso da linguagem gramatical, como forma dinâmica do jogo, precisa considerar os elementos histórico-sociais na construção e na enunciação dos códigos linguísticos; por isso, a nossa referência ao tratado de Dionísio Trácio e a historiografia gramatical. Urge, para esse esforço, a recuperação das noções de normatividade, de jogos de linguagem e de gramática apresentadas por Ludwig Wittgenstein.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Wittgenstein. Gramaticografia.

1. Introdução

Teorias linguísticas são desenvolvidas, a respeito da linguagem e de seus códigos linguísticos, a partir de filósofos, lexicógrafos, gramatocógrafos e linguistas propriamente ditos. Dessa forma, os estudos filosóficos acerca da linguagem, e o estudo da construção das gramáticas como códigos, também são importantes e cruciais para o entendimento do homem enquanto ser social.

Neste artigo, tem-se por objetivo refletir sobre a gramaticografia

no Brasil, estabelecendo relações entre gramática, normatividade e jogos de linguagem, com base em Ludwig Wittgenstein (1980 e 1994). Examina-se a prática do jogo gramatical na *Techné Grammatiké* e em quatro gramáticas brasileiras, Marcos Bagno (2011), Maria Helena de Moura Neves (2012), Ataliba Teixeira de Castilho (2012) e Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007), comparando, sempre que necessário, esses compêndios com teorias linguísticas atuais.

Essa prática foi desenvolvida nas aulas de linguística e ensino da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* Araguaína, para atender a um enfoque voltado ao contexto de ensino de língua materna na educação básica.

Espera-se que, a partir desse entendimento, seja possível estabelecer novas perspectivas para a compreensão do que seja o aprendizado de normatividade gramatical, além de permitir uma visão mais profícua de sua multiplicidade de usos. O uso da linguagem gramatical, como forma dinâmica do jogo, precisa considerar os elementos histórico-sociais na construção e na enunciação dos códigos linguísticos, por isso a nossa referência ao tratado de Dionísio Trácio e à historiografia gramatical. Dessa forma, o ponto de partida metodológico tem como base a pesquisa bibliográfica, além de outros meios de investigação que estão direcionados às investigações de cunho filosófico.

Sabe-se que as pesquisas bibliográficas são constituídas de diversos materiais escritos, mecânica ou eletronicamente, com informações já elaboradas e publicadas, como as gramáticas e o material a que se fez referência neste artigo, fontes que caracterizaram a nossa pesquisa.

Portanto, aborda-se sobre o perfil europeu do que se considera a primeira gramática, além do perfil de quatro gramáticas brasileiras, aqui em estudo, e, como já foi dito, ou outro ponto de partida é constituído pelos jogos da linguagem. Espera-se que, a partir desse entendimento, seja possível estabelecer novas possibilidades para a compreensão do que seja uma gramática, considerando a multiplicidade de usos que se faz desse objeto de estudo e de pesquisa.

2. *Um perfil europeu na tradição gramaticográfica e os jogos da linguagem*

A noção que se tem, quando se fala da produção de gramáticas, é aquela de que se está produzindo mais um material didático para poucos

ou mesmo algo que pode atingir a poucos, porque geralmente quando se pensa em gramática, "se pensa em um conjunto de ensinamentos sobre a maneira correta de falar e escrever uma língua, ou em um livro que contenha esses ensinamentos". (AZEREDO, 2008, p. 32)

Segundo José Carlos de Azeredo (2008), essa imagem foi construída em um período de pelo menos vinte séculos, desde os gregos, chegando até os romanos, época em que a gramática era conceituada como a arte do uso correto da língua, como a prática dos bons autores. Essa espécie de gramaticografia ganha corpo desde o final do século XV e fixa-se no curso dos séculos XVI e XVII, quando se constrói o perfil europeu das gramáticas normativas.

Para os gramaticógrafos daquela época, a língua era encontrada no que há de melhor na obra dos poetas e prosadores, como forma de beleza e perfeição, que precisava ser protegida e preservada, e ser imitada pelas novas gerações de usuários. Para José Carlos de Azeredo (2008), a partir dessas ideias, foram produzidos dois tipos de gramáticas, uma prescritiva, como prescrição de modelo da língua, e outra retórica, para complementar essa prescrição, com seus preceitos para tomar a palavra como base para persuadir, convencer e seduzir.

Nesse sentido, para se entender o que se leva em consideração na elaboração de uma gramática, deve-se compreender o que o gramaticógrafo busca em sua época para tal construção, da mesma forma que um filósofo pode mudar de posturas conforme refletir sobre os usos da linguagem no decorrer do tempo (com Wittgenstein não foi diferente).

Primeiramente, Ludwig Wittgenstein (1921) considerava seu "velho modo de pensar" da seguinte maneira, segundo (SAES, 2013, p. 41-42):

- i) a concepção de que a linguagem tem função exclusiva de representar o mundo; ii) a visão de que a linguagem e o mundo se correlacionam pela estrutura lógica essencial que têm em comum; iii) a crença de que as condições e os limites do sentido na linguagem podem ser estabelecidos de uma só vez, por uma única forma lógica geral da proposição.

Cabe ressaltar que, na perspectiva de Silvia Faustino de Assis Saes (2013), no *Tractatus*, proposição e nome são contrastantes. As proposições têm sentido (*Sinn*), e nelas figuram fatos, casos, estados de coisas possíveis, já os nomes têm significado (*Bedeutung*) em coisas e objetos, "um nome toma o lugar de uma coisa; o outro, de uma outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o

estado de coisas" (SAES, 2013, p. 43). Por conseguinte, "os nomes só são encontrados nas proposições elementares que representam diretamente a realidade [...], e todas as demais proposições da linguagem resultam de operações lógicas" (*Idem, ibidem*).

Destarte, no *Tractatus*, Ludwig Wittgenstein atualiza a perspectiva aristotélica de que "a linguagem é concebida como um discurso apofântico (*lógos apophantikós*), isto é, como um discurso ao qual cabe o verdadeiro ou o falso, por sua pretensão de descrever o real" (SAES, 2013, p. 46). Diante disso, em 1945, Ludwig Wittgenstein reconhece as inconsistências do *Tractatus* que, apesar das críticas, ele o considera como pano de fundo para o entendimento dos seus novos pensamentos e do afastamento de que "as palavras da linguagem denominam objetos", passando ao entendimento de que a centralidade da proposição apofântica está em representar a realidade, ela se constitui de "múltiplos e variados 'jogos de linguagem'" (SAES, 2013, p. 47)

Com esse novo modo de pensar a realidade, conforme Silvia Faustino de Assis Saes (2013, p. 47-48), Ludwig Wittgenstein (1945) considerou a linguagem da seguinte maneira:

A linguagem é um instrumento a serviço das funções comunicativas que visam à produção da vida, e seu funcionamento depende de habilidades, capacidades e disposições que são adquiridas e consolidadas pelos hábitos e costumes. Por esse motivo, as condições de ensino e de aprendizado das palavras representam um papel importante na explicação do que se 'quer dizer' (*meinen*) com elas.

Para Silvia Faustino de Assis Saes (2013), desse novo posicionamento, depreende-se que "os jogos de linguagem" significam o todo, são processos de usos das palavras, sinais ou gestos que se ligam a convenções e a comportamentos regulados, constituindo assim a sua gramática, ou seja, diferentes jogos necessitam de diferentes gramáticas; e diferentes gramáticas possuem diferentes padrões de correção dos usos das expressões. Compreendemos assim que a linguagem instaura uma concepção linguística e normativa da realidade, segundo Ludwig Wittgenstein.

Como exemplo desse novo jogo, nas *Investigações*, Ludwig Wittgenstein descreve no § 1 o seguinte jogo: "alguém é mandado às compras com um pedaço de papel no qual está escrito 'cinco maçãs vermelhas'; essa pessoa leva o papel a um comerciante que retira de um caixote, sobre o qual se encontra o rótulo 'maçãs', as cinco maçãs vermelhas" (SAES, 2013, p. 50); daqui se depreende o jogo intersubjetivo (comandos silenciosos) da linguagem por meio de regras no cumprimento da sua fi-

nalidade, essas finalidades linguísticas são de natureza bem mais complexa, estando em jogo habilidades de leitura e escrita, de reconhecimento de cores, além de comportamentos regulados de extensão muito mais ampla. Por exemplo: na descrição de uso de expressões que designam números e cores, deve-se deixar de lado o conceito referente ao significado e se voltar para os processos de ensino e aprendizado das palavras, assim encontrar sempre critérios descritivos externos à interioridade da mente.

Para Ludwig Wittgenstein, segundo Silvia Faustino de Assis Saes, há inúmeras espécies de frase, além das afirmativas, perguntas ou ordens, novos jogos de linguagem nascem enquanto outros envelhecem ou são esquecidos: "os jogos de linguagem são uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida" (SAES, 2013, p. 53-54), por exemplo, jogos de linguagem de:

comandar e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas; produzir um objeto segundo uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la; apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas, ler, representar teatro; cantar uma cantiga de roda; resolver enigmas; fazer uma anedota; contar; resolver um problema de cálculo aplicado; traduzir de uma língua para outra; pedir; agradecer; maldizer; saudar; orar etc.

Para Silvia Faustino de Assis Saes (2013), investigar o entendimento humano pela linguagem somente se faz através de uma proposta filosófica original. Nas filosofias modernas, o entendimento da linguagem significa entender e seguir as regras de um jogo, em que se deixa a faculdade mental de representar as ideias, conceitos e pensamentos etc., para vincular esse entendimento a disposições adquiridas e a modos de se comportar conforme padrões que estruturam expectativas numa normatividade espacial e temporalmente instituída. Para Ludwig Wittgenstein, a lógica da linguagem é abrangente e amplia-se. Nela cabe não somente os acordos sobre as regras que se segue, mas sobre as suas aplicações.

Portanto, quando se fala na construção de gramáticas, pode-se pensar que, para Silvia Faustino de Assis Saes, fundado em Ludwig Wittgenstein, "correto e falso é o que os homens dizem, e na linguagem os homens estão de acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre a forma de vida". (SAES, 2013, p. 70)

Para nós, os *jogos* são estabelecidos como uma forma de proteção e identificação da tradição gramaticográfica, assim todos os indivíduos

envolvidos na construção de sua gramática desenvolvem uma forma de proteger a língua de sua época. E é, a partir desses pensamentos em movimento, que os *jogos de linguagem* se manifestam na produção gramatocográfica, aqui o nosso próximo passo é tratar da *Techné Grammatiké*, de Dionísio da Trácia.

3. *A techné grammatiké*

Sylvain Auroux (2014) diz que, desde o início do século XIX, multiplicaram-se pesquisas atinentes à história dos conhecimentos linguísticos; aqui, queremos o que foi dito bem antes desse século – buscamos os conhecimentos do que vem sendo dito desde o surgimento dos estudos gramaticais. Principalmente, daquilo que foi dito nos trabalhos que visam a construir uma base documentária para a pesquisa; por exemplo, no trabalho de filólogos das línguas clássicas sobre a gramática, ou sobre a filologia ou sobre a lógica grega. Deveras, temos em mente que, segundo Sylvain Auroux (2014, p. 12),

todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectiva, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

O primeiro aparecimento de paradigmas sistemáticos de uma terminologia gramatical surge com a necessidade de compreensão de um texto, pois concordamos com Sylvain Auroux, segundo o qual "a gramática é antes de tudo uma técnica escolar destinada às crianças que dominam mal sua língua ou que aprendem uma língua estrangeira" (AURoux, 2014, p. 27). Para esse autor, nos tempos remotos, não se tinha espontaneamente a ideia de se fazer uma gramática, esse corpo de regras explicando como construir palavras para aprender a falar.

Na tradição árabe e indiana, a gramática foi criada para guiar a língua falada e corrigir os erros, os árabes se preocupavam com a pronúncia do texto escrito. Panini, para os indianos, dizia que aprendemos a falar nossa língua cotidiana falando, embora todos concordassem que o sistema de escrita carecia ser apreendido de modo especial.

A gramática propriamente dita só surge dois séculos antes de nossa era, na atmosfera filológica da Escola de Alexandria; no âmbito linguístico, remonta então aos tempos da Antiguidade Clássica. Segundo Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (2011, p. 07), Dionísio Trácio, que viveu aproximadamente entre 170 e 90 a.C., é um dos precursores e organizadores da arte da gramática na Antiguidade – a *Techné Grammatiké*, de autoria de Dionísio Trácio, é um tratado “cujos traços fundamentais ainda hoje estão presentes na maioria das gramáticas ocidentais”.

Marcos Martinho (2007, p. 173) traz a nota introdutória de como era a exposição da *Arte* de Dionísio. Esta foi exposta assim:

Na 1ª PARTE (“Cap. 1-4”), Dionísio define gramática, arrola as seis partes desta e, daí, expõe a primeira, isto é, a leitura; na 2ª PARTE (“Cap. 6-20”), expõe o elemento (ou letra), a sílaba, a palavra (ou parte da oração) e a oração – mais precisamente, das letras, expõe as vogais e consoantes; das sílabas, a longa, a breve e a comum; das partes da oração, o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio, a conjunção. Entre uma e outra parte, porém, interpõe-se um EXCURSO (“Cap. 5”), isto é, uma breve lição sobre rapsódia.

Para esse autor (2007, p. 173), essas duas partes da *Arte* foram resumidas da seguinte maneira:

1ª PARTE: partes da gramática (cap. 1-4):

1. leitura (cap. 2-4); 1.1. interpretação (cap. 2); 1.2. tom (cap.3); 1.3. ponto (cap. 4); **EXCURSO:** rapsódia (cap. 5);

2ª PARTE: partes da oração (cap. 6-20), **1. partes não-significativas** (cap. 6-10); 1.1. elemento (cap. 6) 1.2. sílaba (cap. 7); 1.2.1. sílaba longa (cap. 8); 1.2.2. sílaba breve (cap. 9); 1.2.3. sílaba comum (cap. 10);

2. partes significativas (cap. 11-20); 2.1. palavra (cap. 11); 2.1.1. nome (cap. 12); 2.1.2. verbo (cap. 13); 2.1.2.1. conjugação (cap. 14); 2.1.3. particípio (cap. 15); 2.1.4. artigo (cap. 16); 2.1.5. pronome (cap. 17); 2.1.6. preposição (cap. 18); 2.1.7. advérbio (cap. 19); 2.1.8. conjunção (cap. 20).

A seguir, Marcos Martinho (2007, p. 174) apresenta a tradução da *Arte* feita a partir do texto grego editado por Gustav Uhlig (*Dionysii Thracis Ars Grammatica*), acerca da gramática:

Gramática é a perícia no que o mais das vezes se diz nos poetas e também nos prosadores. As partes dela, por sua vez, são seis: a primeira, a versada leitura com relação à acentuação; a segunda, a explicação com relação aos tropos poéticos presentes [no que se diz]; a terceira, a exposição corrente de palavras estranhas e também de histórias; a quarta, a descoberta da etimologia; a quinta, a demonstração da analogia; a sexta, o julgamento dos poemas, a qual de fato é a mais bela das que há na arte [gramatical].

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (2011), em *A Gramática de Dionísio Trácio e seus Contrapontos Semânticos*, e Maria Helena de Moura Neves (2012) registram que é de 1715 a primeira edição "moderna" da gramática de Dionísio Trácio. *A Techné Grammatiké* é "um texto grego que chegou até nós em dezenas de manuscritos medievais (X – XVIII séculos); existindo, ainda, duas traduções antigas: uma em armênio do fim do século V; e outra em siríaco, praticamente contemporânea da primeira" (OLIVEIRA, 2011, p. 7-8). A gramática, nessa época, segundo Dionísio, ganhou o conceito de "conhecimento empírico do que se diz frequentemente nos poetas e nos prosadores" (*idem*, 2011, p. 08). Para Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira, partindo da definição de Dionísio Trácio, gramática era um conhecimento não interiorizado, provindo de experiências de análise textual ou filológica.

Para esse autor, o que Dionísio fez foi fixar normas a partir de textos de sua época, para preservar a cultura de seu povo, deixando de lado as antecipações lógicas e semânticas sugeridas por Aristóteles, e apresentando apenas preocupações com o nível estoico do significante.

Ainda, sobre a fundação da disciplina gramatical pelos gregos, Maria Helena de Moura Neves (2012, p. 214) diz que uma indicação importante se refere ao fato de que Dionísio Trácio, na sua *Téchne Grammatiké*, na linha do pensamento dos gramáticos alexandrinos, distinguiu o discurso em oito partes, compondo um esquema semelhante ao de nossas gramáticas normativas e descritivas tradicionais: nome (*ónoma*), verbo (*rhêma*), artigo (*áarthron*), pronome (*antonymía*), preposição (*prótesis*), advérbio (*epírrhema*) e conjunção (*sýndesmos*), além de partícipto (*metoché*), que hoje não está distinguido como uma classe à parte. Essa classificação de Dionísio Trácio representa reflexões filosóficas de muitos séculos.

Já em relação à conceituação dos substantivos e adjetivos, sabemos que ocorreram modificações durante a sua história, enquanto termos técnicos. Joaquim Matoso Câmara Júnior (2011, p. 11), considerando inicialmente o grego antigo e as classificações de Dionísio, afirma que "pequenas modificações foram feitas, quando houve a transposição da gramática grega para a língua latina".

Assim, no tocante à classificação das palavras e de suas flexões, "pode-se dizer que uma teoria das 'partes do discurso' chegou a ser bastante completa e claramente constituída na gramática grega" (NEVES, 2012, p. 218). A denominação portuguesa de substantivo (*hypárktikos*)

na gramática grega não designava classe de palavras; o termo grego para substantivo como classe é *ónoma* (nome), e incluía a noção de adjetivo.

Segundo Maria Helena de Moura Neves (2012, p. 219), Platão dizia que os nomes buscavam imitar a essência das coisas – a *mímesis*. Já Dionísio Trácio tratava a categoria de nome como *ousía*, aquilo que é a essência; enquanto que Apolônio Díscolo falava em *poiótes*, qualidade. Retirado o compromisso filosófico, segundo Maria Helena de Moura Neves, "fica o substantivo (comum) como o *nome* que dá uma descrição daquilo que é nomeado" (2012, p. 219).

Portanto, quando se fala de palavras, da construção de gramáticas e de sua manipulação, o professor deve jogar o "jogo de linguagem" de Ludwig Wittgenstein, ou os jogos de linguagem, em que as palavras fazem sentido por constituírem um pensamento apofântico. O que se diz neste trabalho e o que se quer deixar claro é que se pode fazer o jogo gramatical e trabalhar com a gramática na perspectiva da interação comunicativa, e conseguir fazer essa integração com os diferentes aspectos do ensino/aprendizagem de língua materna, como leitura, produção de textos orais e escritos, vocabulário e o próprio ensino da língua.

4. A prática do jogo gramatical a partir de quatro gramáticas brasileiras

Com muitos adeptos no Brasil e sob o nome de Gramática Histórico-Comparativa, surgem, no final século XIX e início do século XX, muitas gramáticas com o intuito de estudar a linguagem humana com o caráter de verdadeira ciência. Para José Carlos de Azeredo (2008, p. 33), os gramaticógrafos daquela época eram homens atualizados com a ciência linguística e punham "esse saber e um certo sentimento de orgulho nacional a serviço do conhecimento da língua e de seu ensino". Nessa época defendia-se um modelo de escrita padrão uniforme entre Brasil e Portugal. Sentimento só quebrado com a renovação da literatura brasileira do Movimento Modernista de 1922.

Conforme José Carlos de Azeredo (2008) foi ao longo do século XX que a identidade da língua padrão no Brasil começou a receber maiores questionamentos, para os gerativistas a gramática como sistema de regras é que a permite aos falantes construir e compreender suas frases e ninguém aprende a falar uma língua sem gramática.

Quando Joaquim Matoso Câmara Júnior publica *Problemas de Língua Descritiva* e a *Estrutura da Língua Portuguesa*, nos anos de 1950-1960, e faz as descrições do sistema fonológico e flexional do português, surgem, paralelamente a essa produção, os compêndios gramaticais destinados ao ensino secundário que perduram durante todo o século XX.

Dentre eles estão a *Gramática Expositiva*, de Carlos Eduardo Peireira, e a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, encarnação exemplar do normativismo gramatical ultraconservador e intransigente.

Outras duas obras com mais consistência teórica, pela modernidade das análises dessa época, são a *Gramática Expositiva* (1937), de Mário Pereira de Souza Lima, e a *Gramática Secundária* (1930), de Manuel Said Ali. Em 1957, Carlos da Rocha Lima publica a *Gramática Normativa*, que é até hoje referência dos que cultuam um padrão de linguagem mais conservador.

Com o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959, outras obras avultam nesse período, dentre estas destacamos neste artigo, a prática do jogo gramatical de quatro gramáticas: Marcos Bagno (2011), Ataliba Teixeira de Castilho (2012), Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007), e Maria Helena de Moura Neves (2012).

5. As gramáticas brasileiras escolhidas

Primeiramente, a análise que se pretende realizar neste artigo tornar-se-ia muito extensa se empreendesse englobar todos os tópicos que compõem as gramáticas deste *corpus*. Tendo consciência deste percalço, optou-se por realizar uma análise historiográfica destes compêndios para realização deste estudo.

Tomando essas gramáticas como principal referencial para a pesquisa, elegeu-se como critério a disponibilidade do material e uma avaliação pré-concebida em sala de aula de que uma das gramáticas teria que apresentar uma postura mais tradicional – a de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007). Foram escolhidas as seguintes gramáticas para realizar este estudo: *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho (2012), *Nova Gramática do Português Contem-*

porâneo, de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007), e *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves (2012).

A primeira gramática, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), está dividida em livros: livro I – epistemologia do português brasileiro; livro II – história do português brasileiro; livro III – multimídia do português brasileiro; livro IV – lexicogramática do português brasileiro; e livro V – didática do português brasileiro. Todos esses livros, assim chamados pelo autor, estão subdivididos em tópicos que contam sobre a história e os usos da língua portuguesa.

Marcos Bagno (2011) discorre sobre o que se pode encontrar em sua gramática: é uma **gramática** que pretende examinar e descrever o funcionamento de uma língua, o *PB Contemporâneo*, em que se destacam as especificidades da nossa língua; é **propositiva** porque propõe efetivamente a plena aceitação de novas regras gramaticais. Ela formula um discurso herético, conforme Bourdieu (1996) – citado por Marcos Bagno, (2011) – esse discurso contribui não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, (...) mas produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então recalcadas de todo um grupo, agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo; é **pedagógica** porque foi pensada para colaborar com a formação docente que, no Brasil, é falha e precária, segundo o autor; é um projeto **epistemológico** porque traz explícita uma teoria do conhecimento, assumidos ao longo de todo o texto; é **político-ideológica** porque é um produto humano, essa obra milita a favor do conhecimento do PB como língua plena, autônoma; é **teórica** na medida em que analisa propostas anteriores de descrição da língua, refutando-as ou abraçando-as, e propõe novas discussões, definições e conceitos; é **histórica** porque não aceita a tradicional separação entre diacronia e sincronia, assumindo o fenômeno linguístico como eminentemente variável e mutante. Por esse motivo considera que as transformações ocorridas na(s) língua(s) ao longo do tempo são indispensáveis para o (re)conhecimento preciso do que ocorre na atualidade. (BAGNO, 2011)

Diante do exposto, e “com isso em mente”, o autor diz que espera que os eventuais leitores dessa obra tirem algum proveito, pois apresenta um “trabalho sincero, árduo, mas também muito prazeroso” (BAGNO, 2011, p. 14). Além disso, na introdução da obra, o autor afirma que o professor deve ser um profundo conhecedor da gramática normativa para

poder mediar a análise linguística de maneira apropriada e inclusive traz sugestões de leituras e sínteses de algumas obras da área.

Dessa forma, o português brasileiro, fazendo parte das línguas que compõem o grupo português, deveria ter o seu reconhecimento nos embates políticos numa época que se prega o conceito de lusofonia, em que se tenta apagar as profundas diferenças linguísticas que existem entre as línguas, segundo Marcos Bagno (2011). Depois da “recente unificação ortográfica do “português” – vantajosa sob diferentes aspectos – é um entrave a mais para a adoção de normas ortográficas distintas, baseadas na fonologia específica de cada língua da família”. (BAGNO, 2011, p. 874)

Na segunda gramática, a *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho (2012), encontra-se a afirmação de que, para se falar de língua e gramática, é preciso se ter em mente que, quando se lida com uma língua natural, opera-se com um "objeto científico escondido" (CASTILHO, 2012, p. 41), e o português brasileiro não escapa a essa dificuldade.

Esse autor compara o trabalho de gramáticos e linguistas com o do botânico, enquanto este trabalha com a fisiologia, a anatomia e a doença que atacam as plantas, dados do mundo real (isso não quer dizer que nas ciências exatas e biológicas não ocorram teorizações em que a imaginação tenha seu lugar, mas o objeto continua externo aos pesquisadores); aqueles "operam com um objeto guardado em sua mente e na mente dos indivíduos de sua comunidade, lidando com uma propriedade interna a ele, não evidente no mundo real". (CASTILHO, 2012, p. 41)

Quando buscamos teorizar, saímos procurando diversas teorias linguísticas e gramaticais, tentando ordená-las em várias direções, dependendo do nosso interesse. "Teorizar vem de teoria, palavra grega que significa mais ou menos 'ponto de vista'" (CASTILHO, 2012, p. 42), no nosso caso um ponto de vista sobre a língua e sua gramática. A palavra teoria vem do substantivo grego *theoría* que se deriva do verbo *theo*, que significa ver. O substantivo *théatron*, em português teatro é o lugar onde se vê (o espetáculo).

Diante disso, para Ataliba Teixeira de Castilho (2012), quando esses linguistas e gramáticos falam de língua, geralmente, tomam quatro grandes direções, veem a língua como um *conjunto de produtos*, o que chamamos de Gramática descritiva; como *conjunto de processos mentais, estruturantes*, sua Gramática será funcionalista-cognitivista; como *conjunto de processos e produtos que mudam ao longo do tempo*, sua

gramática será histórica; e como *conjunto de bons usos*, sua gramática será prescritiva.

A terceira gramática pesquisada foi a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2007), que a elaboraram com um objetivo amplo de auxiliar o ensino de língua portuguesa no Brasil, em Portugal, nos países lusófonos da África e em todos os outros países em que há o estudo deste idioma. O projeto intentou realizar uma descrição do português utilizado na contemporaneidade, levando em conta as diversas normas vigentes nos diferentes países de língua portuguesa. Assim, nessa perspectiva, uma das características desta obra definida pelos seus autores (CUNHA & CINTRA, 2007, p. xxiv), em sua apresentação, é a de que:

como esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu as diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional europeia e a americana.

A obra está estruturada em vinte e dois capítulos que versam sobre diversos temas como: fonética e fonologia, ortografia, classes de palavras, pontuação, noções de versificação, entre outros.

E por fim, a quarta gramática foi a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves (2012). A proposta de Maria Helena de Moura Neves foi a de compor uma gramática da língua portuguesa atual, mostrando como se explicitam as regras que regem o funcionamento desta língua, em todos os níveis; tomando como suporte para esta análise seu uso em textos reais. Por esta razão, a autora, afirma que sua gramática está abrigada na língua viva, conforme o trecho: "o que está abrigado nas lições é, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância". (NEVES, 2011, p. 13)

Para empreender tal objetivo, a autora parte das tradicionais classes de palavras, distribuindo-as em quatro grandes blocos de assuntos: parte I – a formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites; parte II - a referência situacional e textual: as palavras ‘fóricas’; parte III – a quantificação e a indefinição; e parte IV – a junção. Essa estratégia, segundo a autora, visa facilitar a busca pelo leitor ou consulente comum, que não seja estudioso da língua portuguesa.

Contudo, dizemos que a língua, é composta por *um sistema* (léxico), como entidade abstrata, com possibilidades, imposições e liberdades; por *uma norma* (vocabulário), como realização coletiva, com obrigações, imposições sociais e culturais, que pode variar segundo a comunidade; e, por fim, por *uma fala* (palavra), como realização individual, com norma em si mesma, cuja variação pode determinar inovações na norma, que juntas darão origem a mudanças no próprio sistema.

6. Conclusão

Neste artigo, analisou-se a primeira gramática moderna publicada no ocidente e sobre suas contribuições para as gramáticas atuais; assim como sua utilidade e validade como suporte de ensino. Tratou-se, a partir de Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (2011) e de outros autores, da construção da gramática que fundamentou as nossas gramáticas, a *Techné Grammatiké*, de autoria de Dionísio Trácio, um tratado “cujos traços fundamentais ainda hoje estão presentes na maioria das gramáticas ocidentais”, conforme exposto acima.

Dessa maneira, as gramáticas da língua portuguesa que tratam da tradição gramaticográfica ocidental são documentos que estabelecem relações entre si, cuja ligação está imbuída de dois sentidos, um de *superfície*, em que as gramáticas se detêm nas características visíveis das palavras auditivas ou visuais e de uso geral; e o outro sentido de *profundidade* em que uma expressão tem o seu sentido no uso prático num determinado jogo de linguagem. A gramática tem seus jogos de linguagem e cada um com seu conjunto de regras. É neste sentido de profundidade que as gramáticas nos serviram de investigação. A partir delas, podemos entender melhor o papel central que a linguagem desempenha.

Para Juliene da Silva Marques Cardoso (2015), nos estudos filosóficos da linguagem de Ludwig Wittgenstein, ficam claras as diversas formas e meios com que o homem realiza a comunicação, neste trabalho o homem também realiza comunicação a partir do entendimento dessa produção. Esse "processo é de extrema importância, para compreender as diferentes manifestações linguísticas" (CARDOSO, 2015, p. 07). Todo esse processo nos serviu para observarmos como o sentido dos códigos é estabelecido nos processos comunicativos.

Conclui-se que somos constituídos e constituímos a linguagem, mas nunca abarcaremos o todo linguístico porque "a língua e sua dinâmi-

ca estão em constante movimento e manifestação" (CARDOSO, 2015, p.07). Apesar disso, podemos estudar a gramática com todos seus códigos mutantes juntos para examinarmos suas regras e nos prepararmos para os novos desafios que a linguagem pode nos proporcionar, o conhecimento da nossa história e da história da nossa língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 2014.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Instituto Houaiss, 2008.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 44. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARDOSO, Juliene da Silva Marques. Os jogos de linguagem de Wittgenstein como estratégia de proteção. *Revista Científica Ciência em Curso*. Palhoça, vol. 4, n.1, p. 33-40, jan./jun. 2015.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 2 reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DIONÍSIO da Trácia. *Arte*. Tradução e notas de Marcos Martinho. *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 11, p. 153-179, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/82556/85531>>.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. *A gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos*. Campo Grande: Oeste, 2011.

_____. *Cattus, feles et pinguis: um grafito do vocabulário latino e de suas transformações portuguesas*. João Pessoa: Ideia, 2015.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAES, Sílvia Faustino de Assis. *A linguagem*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

TORREZAN, Marlene. Wittgenstein e os "jogos de linguagem": novas perspectivas para o conceito de educação. *Perspectiva*, Florianópolis. vol. 18, n. 34, p. 159-176, jul./ago.2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10455/9816>>. Acesso em: jun./2016.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Investigações filosóficas*, §§ 23, 241 e 244. Trad.: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1980.